



PROCESSO Nº : 8.178-7/2020 (AUTOS DIGITAIS)
ASSUNTO : RECURSO ORDINÁRIO
UNIDADE : SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ
RECORRENTES : RENAUDT FERNANDO TEDESCO DE CARVALHO –
FARMACÊUTICO
DENYS JOSÉ CORREA E SILVA - FARMACÊUTICO
RELATOR : CONSELHEIRO WALDIR JÚLIO TEIS

PARECER Nº 1306/2025

RECURSOS ORDINÁRIOS. CONTAS ANUAIS DE GESTÃO. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CUIABÁ. EXERCÍCIO DE 2019. ACÓRDÃO Nº 913/2024-TP. ALEGAÇÕES DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. NULIDADE DE CITAÇÃO. MANIFESTAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A SERUR PELO CONHECIMENTO E ACOLHIMENTO DAS PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E NULIDADE DE CITAÇÃO. CONSEQUENTE REFORMA DO ACÓRDÃO Nº 913/2024-TP PARA AFASTAR AS MULTAS IMPOSTAS AOS RECORRENTES.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se de **Recursos Ordinários**¹ interpostos pelos **Senhores Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho e Denys José Correa e Silva**, ambos farmacêuticos, **em face ao Acórdão nº. 913/2024 – PV**², que julgou regulares as contas anuais de gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá referentes ao exercício de 2019, com recomendações e determinações, bem como aplicação de multa aos recorrentes.

1. Doc. digital n. 5606032025 e 561863/2025.

2. Doc. digital n. 557699 /2024.



2. A decisão recorrida, entre outras medidas, aplicou aos recorrentes multa de 06 UPFs/MT em razão de não procederem “ao correto atesto das notas fiscais identificando e/ou informando sobre o fornecimento irregular dos insumos hospitalares”.

3. Inconformados com a decisão, os recorrentes manejaram os recursos ora em análise com o objetivo de afastar as multas aplicadas.

4. Em seu recurso o **Sr. Renaudt Fernando tedesco de Carvalho alegou em preliminar a ocorrência de prescrição intercorrente**, tendo em vista o transcurso superior a 03 (três) anos entre a decisão proferida em 14/10/2021, indeferindo o pedido de diligências do Ministério Público de Contas, até o Acórdão nº 913/2024-PV, publicado em 19/12/2024.

5. Ainda em **preliminar, aduziu a sua ilegitimidade passiva**, pois não exerceu função no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de Cuiabá no exercício de 2019.

6. Quanto ao **mérito**, pugnou seja afastada a multa aplicada, haja vista não ter sido informado pela Administração sobre as funções e responsabilidades de um fiscal de contrato, bem como nunca teve designação formal, nem acesso ao contrato com as especificações, prazos, cláusulas contratuais, e termo de referência, e nem recebeu orientações sobre o processo de fiscalização.

7. Por sua vez, o **Sr. Denys José Correa e Silva asseverou, em preliminar, que houve nulidade de sua citação**, tendo como consequência a violação ao princípio constitucional do devido processo legal e da garantia



do direito ao contraditório e ampla defesa, gerando assim vício insanável.

8. Outrossim, aduziu em **preliminar a ocorrência de prescrição intercorrente**, pela paralisação do processo por prazo superior a 03 (três) anos, considerando como os marcos para aferição, a decisão proferida em 14/10/2021, indeferindo o pedido de diligências do ministério público de contas, até o Acórdão nº 913/2024-PV, publicado em 19/12/2024.

9. Alegou, ainda, **preliminar de ilegitimidade passiva**, já que sua responsabilidade foi configurada nos autos por ter sido responsável pelo ateste da Nota Fiscal nº 988, emitida no ano de 2018 e recebida em 19/06/2018, entretanto, o presente processo trata-se das contas anuais referentes ao exercício de 2019.

10. Em relação ao **mérito**, afirmou que não foi informado sobre as funções e responsabilidades de um fiscal de contrato, bem como nunca teve designação formal e não teve acesso ao contrato com as especificações, prazos, cláusulas contratuais e termo de referência, além de não ter recebido orientações sobre o processo de fiscalização.

11. O **Relator do Recurso, Conselheiro Waldir Júlio Teis**, admitiu os **petitórios no efeito devolutivo**³, conforme dispõe o artigo 365 do Regimento Interno⁴, tendo em vista terem sido cumpridos os pressupostos de admissibilidade (artigo 351 do Regimento Interno⁵).

3. Doc. digital n. 574620/2025

4. Art. 365 O Recurso Ordinário não impede a eficácia da decisão, salvo previsão normativa expressa ou decisão em sentido diverso.

5. Art. 351. O Relator ou o Presidente farão o juízo de admissibilidade do recurso, mediante julgamento singular, cuja petição deverá observar os seguintes requisitos: I – interposição por escrito; II – apresentação dentro do prazo; III – qualificação indispensável à identificação do recorrente, se não constar no processo original; IV – assinatura por quem tenha legitimidade para fazê-lo; V – apresentação do pedido com clareza, inclusive se for o caso,

¹ Procuradoria do Ministério Público de Contas - Gabinete do Procurador-geral de Contas Alisson Carvalho de Alencar

Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro, nº 1 - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT

Telefone: (65) 3613-7619 e-mail: acalentar@tce.mt.gov.br - www.mpc.mt.gov.br



12. Em seguida, os autos foram encaminhados à Secretaria de Controle Externo de Recursos (Serur) para análise e manifestação.

13. Por meio de Relatório Técnico de Recurso⁶, a Serur opinou por dar provimento aos recursos.

14. No caso do recurso do Sr. Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho, a Serur deu razão ao argumento de ilegitimidade passiva, tendo em vista que a irregularidade apontada ao recorrente ocorreu no exercício de 2018 enquanto o presente processo refere-se as Contas Anuais de Gestão do exercício de 2019, de forma que “não há como permanecer a condenação em face da irregularidade fugir ao objeto do presente processo”.

15. Em relação ao recurso do Sr. Denys José Corrêa e Silva, a Serur deu razão a alegação de nulidade da citação, pois o recorrente foi exonerado da função pública em 28/02/2020, ato publicado no Diário Oficial de Contas de 02/03/2020, de forma que o Ofício Citatório não chegou ao seu conhecimento, pois foi remetido apenas à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Saúde, bem como não ocorreu o esgotamento dos meios administrativos para localização do recorrente, pois não houve a citação pessoal em seu endereço cadastrado nos sistemas desta Corte de Contas, sendo feita a citação por Edital.

16. Outrossim, a Serur deu razão à alegação de ilegitimidade passiva, já que a irregularidade apontada diz respeito a Nota Fiscal nº 988, recebida em 19/06/2018, contudo o presente processo trata das Contas

com a indicação da norma violada pela decisão ou acórdão recorrido e comprovação documental dos fatos alegados

⁶ Documento digital nº 588333/2025



Anuais de Gestão do exercício de 2019.

17. Em seguida vieram os autos ao Ministério Público de Contas para análise e emissão de parecer.

18. É o relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1 Da admissibilidade

19. Antes de adentrar no mérito da questão, cumpre ressaltar o acerto na decisão do Conselheiro Relator ao proferir juízo de admissibilidade positivo em relação aos presentes recursos.

20. Nos termos do art. 63 e seguintes da Lei Orgânica do TCE/MT e art. 349 e seguintes da Resolução Normativa 16/2021 (Novo Regimento Interno do TCE/MT), cumpre verificar os pressupostos de admissibilidade com relação **ao cabimento, a legitimidade, o interesse recursal e a tempestividade.**

21. Em relação ao **cabimento**, é indispensável que o **pronunciamento seja recorrível** e, ainda, o **recurso interposto adequado**. Dessa forma verifica-se que os Recursos Ordinários interpostos são cabíveis, sendo a **modalidade recursal adequada** para impugnar acórdãos do plenário⁷.

22. Ademais, em ambos os recursos se trata de **parte legítima**,

7 RN 16/2021 - Art. Cabe Recurso Ordinário contra acórdãos do Plenário.



uma vez que os recorrentes se apresentam como figura no processo principal de Contas Anuais de Gestão, demonstrando o **interesse recursal**.

23. No que se refere à **tempestivamente**, o prazo foi devidamente cumprido, conforme disposto no art. 356 da RN 16/2021, RITCE/MT⁸, tendo sido as peças recursais protocoladas dentro do prazo de 15 dias, de modo que **os recursos são tempestivos - protocolados em 07/01/2025 e 28/01/2025**.

24. Imperioso esclarecer que o Acórdão nº 913/2024 - PV foi divulgado no Diário Oficial de Contas na edição nº 3508 de 18/12/2024, e publicado em 19/12/2024, sendo que o término do prazo para a interposição de recursos ocorreu em 21/02/2025, conforme certificado nos autos⁹.

25. Sendo assim, este *Parquet* de Contas corrobora com o **conhecimento dos Recurso Ordinários** interpostos, ante o preenchimento dos requisitos recursais.

2.2 Da análise das razões recursais

2.2.1 Do Recurso Ordinário do Sr. Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho

26. Trata-se de **Recurso Ordinário** interposto em face do **Acórdão nº 913/2024-PV**, que julgou regulares as Contas Anuais de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá referentes ao exercício de 2019, com recomendações e determinações, bem como aplicação de multa de 06 UPFs/MT ao recorrente.

8. Art. 356 O prazo para a interposição dos recursos é de 15 (quinze) dias, com exceção dos agravos internos em tutela provisória de urgência e embargos de declaração, que terão prazo de 5 (cinco) dias.

⁹ Documento digital nº 557883/2024.



18. Inconformado com a sanção pecuniária, o recorrente manejou o presente recurso no qual pugna pela exclusão da multa que lhe foi imposta.

20. Em sede de **preliminar**, alega ter ocorrido **Prescrição Intercorrente**, tendo em vista que transcorreu prazo superior a 03 (três) anos entre a decisão, proferida em 14/10/2021, indeferindo o pedido de diligências do Ministério Público de Contas e o Acórdão nº 913/2024-PV, publicado em 19/12/2024.

21. Aduziu que no período foram proferidos meros despachos de encaminhamento, e decisões que não tem o condão de interromper a prescrição, pois não importam na instrução do feito.

22. A fim de dar robustez a sua argumentação, colacionou julgados do STJ, TJ/MT e TRF-1 no sentido de que “atos e despachos de mero encaminhamento do processo administrativo não têm o condão de obstar/interromper o curso do prazo prescricional”.

23. Ainda em sede de **preliminar**, alegou sua **ilegitimidade passiva**, haja vista não ter exercido qualquer função no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de Cuiabá no exercício de 2019.

24. Esclareceu que as notas fiscais nº 5047, 7500 e 5000, sobre as quais foi apontada sua responsabilidade são do ano de 2018, enquanto as contas anuais que estão sendo analisadas são do exercício de 2019.

25. Acrescentou, ainda, que foi exatamente por esse fundamento



que foi afastada a responsabilidade da Sra. Luciana Franco Marcelo Carvalho, conforme trecho do voto condutor do Acórdão nº 913/2024-PV.

26. Nesse contexto, asseverou que deve ser reconhecida sua ilegitimidade passiva e excluída sua responsabilidade, tendo em vista estar em situação idêntica a da Sra. Luciana Franco Marcelo Carvalho, por não ter exercido qualquer função no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de Cuiabá no exercício de 2019.

27. Quanto ao **mérito**, esclarece que a irregularidade lhe foi imputada por ter procedido ao atesto nas notas fiscais, sendo que o relatório técnico conclusivo afirmou que seria razoável exigir que o recorrente atestasse as notas nos moldes exigidos pelo contrato.

28. Contudo, assevera não ter sido informado sobre as funções e responsabilidades de um fiscal de contrato, bem como nunca teve designação formal para essa função, também não teve acesso ao contrato com as especificações, prazos, cláusulas contratuais, e termo de referência, e nem recebeu orientações sobre o processo de fiscalização.

29. Acrescentou que houve a designação formal da Sra. Flaviane Klimacheski da Fonseca (fiscal de contrato) e do Sr. Marcus Vinicius da Silva (suplente de fiscal de contrato) mas que não realizaram o acompanhamento e a fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços nº 40/2018; nº 55/2018 e nº 68/2018, e que por isso deveriam ser os verdadeiros responsáveis pelas irregularidades e não o recorrente.

30. Por tais razões pugna pela procedência do recurso ordinário, para reformar o Acórdão nº 913/2024-PV, de maneira a afastar a multa



aplicada em face do recorrente.

31. Por meio de **Relatório Técnico de Recurso**, a Serur examinou as alegações.

32. Quanto a preliminar da ocorrência de **prescrição intercorrente**, a **equipe técnica entendeu pela sua não configuração**, tendo em vista que a norma que regulamentou a prescrição intercorrente no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso “foi a Lei Complementar nº 752, de 19/12/2022, tendo entrado em vigor somente 06 (seis) meses após a sua efetiva publicação (art. 92), ou seja, 01/08/2023”.

33. Esclareceu que, com relação aos processos que tramitam perante esta Corte de Contas, o disposto no artigo 93 da Lei Complementar nº 752/2022, em vigor desde 01/08/2023, estabelece que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

34. Dessa maneira, concluiu que os prazos prescricionais do Código de Processo de Controle Externo (LC nº 752/2022) não podem retroagir para alcançar atos processuais já consumados antes da sua vigência. Portanto, foi somente a partir do dia 01/08/2023 que se passou a incidir a prescrição intercorrente de 03 (três) anos dentro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

35. De outro modo, **quanto a alegação de ilegitimidade passiva**, a Serur entendeu que **assiste razão ao recorrente**, tendo em vista que não exerceu função no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de



Cuiabá no exercício de 2019 e que as Notas Fiscais nº 5047, nº 7500 e nº 5000 são todas do ano de 2018, enquanto as contas anuais que estão sendo analisadas são do período de 2019.

36. Conforme ponderado pela Serur a apuração de irregularidades no fornecimento de insumos relativos aos exercícios de 2018, deveria ser objeto de uma RNI, ou seja, de um processo à parte e não nas Contas Anuais de Gestão do exercício de 2019.

37. Por tais razões, **a Serur opinou por dar provimento ao Recurso do Sr. Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho**, entendendo que deve ser afastada sua responsabilidade.

38. Ademais, entendeu que a questão tratada na preliminar é prejudicial ao mérito recursal, dispensando-se análise dos argumentos de mérito trazidos pelo recorrente.

39. Passa-se à **análise ministerial**.

40. Inicialmente em sede de prejudicial de mérito, é importante pontuar que a prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso foi disciplinada na Lei Estadual nº 11.599/2021, na Resolução Normativa nº 03/2022-TP do TCE/MT, e, atualmente, no Código de Controle Externo, arts. 83 a 87 (Lei Complementar nº 752/2022, com vigência a partir de 1º/08/2023).

41. A prescrição é instituto regulado por norma de caráter público, sendo uma das expressões do princípio da segurança jurídica, que se reveste de direito fundamental da pessoa humana, nos termos do artigo



5º, XXXVI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, devendo ser alegada de ofício pelo Ministério Público de Contas na condição de fiscal da Lei.

42. A regra no ordenamento jurídico é de que seja aplicada a prescrição, não devendo ser prestigiadas situações em que torne indefinido ou demasiadamente longo o poder punitivo estatal, sob pena de eternizar até mesmo a inércia da administração pública, prejudicando os também fundamentais direitos ao contraditório e à ampla defesa e ao devido processo legal, previstos no artigo 5º, LIV e LV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88.

43. Já a prescrição intercorrente resulta de construção jurídica para punir a negligência do titular de direito e para prestigiar o princípio da segurança jurídica, que não se harmoniza com a eternização de pendências administrativas ou judiciais.

44. Disciplinava a Lei Estadual nº 11.599/2021 que a pretensão punitiva do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para análise e julgamento dos processos de sua competência, prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data do fato ou ato ilícito, ou da sua cessação, quando decorrente de infrações permanentes e continuadas, interrompendo-se, uma única vez, com a citação efetiva. Vejamos:

Art. 1º A pretensão punitiva do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para análise e julgamento dos processos de sua competência, prescreve em 5 (cinco) anos.

Parágrafo único: O prazo previsto no caput deste artigo será contado a partir da data do fato ou ato ilícito ou irregular ou, no caso de infração permanente e continuada, do dia de sua cessação.

Art. 2º A citação efetiva interrompe a prescrição.

§ 1º A interrupção da prescrição somente se dará uma vez,



recomeçando novo prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contados da data da interrupção.

§ 2º O conselheiro relator reconhecerá a prescrição de ofício, após vista ao Ministério Público de Contas. (Grifo nosso)

45. Destaca-se que a Lei Estadual nº 11.599/2021 tinha a previsão de apenas a citação válida como marco interruptivo e, após sua ocorrência, apontava a previsão do mesmo prazo quinquenal para conclusão do processo, nos termos do artigo 2º, §1º, haja vista que se a citação interrompe o prazo e este retoma sua contagem da interrupção, a conclusão lógica que era aplicada neste Egrégio Tribunal de Contas era que o novo prazo se refere ao término do processo.

46. Com adição necessária, destaca-se o artigo 1º da Resolução Normativa nº 03/2022-TP, a qual estabelece diretrizes e procedimentos com o objetivo de otimizar a instrução dos processos de controle externo e reduzir o estoque processual no âmbito deste Tribunal:

Art. 1º **A pretensão sancionadora e reparadora no âmbito do Tribunal de Contas prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data do ato ilícito/irregular ou, no caso de infração permanente ou continuada, da data em que cessar.** Parágrafo único. **A citação válida interrompe a prescrição.** (Grifo nosso)

47. Atualmente, o instituto da prescrição é regulamentado no âmbito desta Corte de Contas pelo Código de Processo de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar nº 752/2022), que prevê, no artigo 83, que as pretensões punitivas e ressarcitórias prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da seguinte forma:

Art. 83 As pretensões punitiva e de ressarcimento, decorrentes do exercício de controle externo pelo Tribunal de Contas, prescrevem em 5 (cinco) anos, contados a partir da data:



- I - em que as contas deveriam ter sido prestadas, no caso de omissão de prestação de contas;
- II - da apresentação da prestação de contas ao órgão competente para a sua análise inicial;
- III - do protocolo do processo quando a irregularidade ou o dano forem constatados em fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas, ou mediante denúncia ou representação de natureza externa, desde que, da data do fato ou ato ilícito ou irregular, não se tenham ultrapassado 5 (cinco) anos;
- IV - da cessação do estado de permanência ou de continuação, no caso de irregularidade permanente ou continuada.

48. Vale mencionar, ainda, o artigo 84, que prevê a **prescrição intercorrente** dos processos do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso quando **ficarem paralisados por mais 3 (três) anos**, pendentes de julgamento, despacho ou prática de ato de ofício:

Art. 84 Consuma-se a prescrição intercorrente nos processos perante o Tribunal de Contas que ficarem paralisados por mais de 3 (três) anos, pendentes de julgamento, despacho ou prática de ato de ofício.

§ 1º Reconhecida a prescrição, os autos devem ser arquivados, sem prejuízo da possibilidade de apuração da responsabilidade funcional em razão de sua ocorrência, se for o caso.

§ 2º Não serão computados, para fins de aferição da ocorrência de prescrição intercorrente, os períodos de paralisação do processo decorrente de ato ou omissão imputável exclusivamente às partes.

49. Pois bem. No caso dos autos constata-se a **não ocorrência de prescrição intercorrente** conforme alegada pelo recorrente e fundamentada pela Lei Complementar nº 752/2022 (novo Código de Controle Externo do TCE/MT), diante da irretroatividade dos prazos prescricionais previstos pelo Código de Controle Externo do TCE/MT, que prevê, no artigo 93 que “a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as



situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada".

50. Sabe-se que a irretroatividade é a qualidade de não retroagir, não ser válido para o passado. Pelo princípio da irretroatividade, as leis e atos normativos em geral, a princípio, são editadas para que passem a valer para o futuro, a partir da data da publicação ou de um período fixado.

51. Ressalta-se que existe apenas uma situação em que se admite a retroatividade da lei, prevista no Direito Penal, que é quando a norma de caráter punitivo for aplicada para beneficiar o apenado, exceção permitida pelo artigo 5º, inciso XL da CF/88, devendo ser feita a referida exceção em caráter bastante restrito.

52. Nessa linha, decidiu o **Supremo Tribunal Federal** que a **retroatividade da norma mais benéfica é princípio exclusivo do Direito Penal**:

Ementa: [...] RETROATIVIDADE DA NORMA MAIS BENÉFICA (LEI 13.165/2015) NA IMPOSIÇÃO DE MULTA POR CONTAS REJEITADAS. IMPOSSIBILIDADE. INTERPRETAÇÃO DAS REGRAS DE APLICAÇÃO DA NORMA CONSTANTES NA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DIRETA AO TEXTO CONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I – O processo de análise de contas partidárias está contido no conjunto da jurisdição cível, na qual impera o princípio do *tempus regit actum*. Ou seja, na análise de um fato determinado, deve ser aplicada a lei vigente à sua época.

II - O caráter jurisdicional do julgamento da prestação de contas não atrai, por si só, princípios específicos do Direito Penal para a aplicação das sanções, tais como o da retroatividade da lei penal mais benéfica.

III - Questão que se interpreta com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/1942), sendo esta a norma que trata da aplicação e da vigência das leis, uma vez que não há violação frontal e direta a nenhum princípio constitucional, notadamente ao princípio da não retroatividade da lei penal (art. 5º, XL, da CF/1988).

IV - Eventual violação ao texto constitucional, que no



presente caso entendo inexistente, se daria de forma meramente reflexa, circunstância que torna inviável o recurso extraordinário.

V - Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 1019161 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 02/05/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-099 DIVULG 11-05-2017 PUBLIC 12-05-2017)

53. Nesse contexto, trazendo por analogia o tema em destaque, ressaltamos, ainda, que **o Supremo Tribunal Federal**, ao julgar em 18/08/2022 o ARE 843989/PR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, sob a sistemática da Repercussão Geral – Tema 1.199, **firmou a tese estabelecendo a irretroatividade do novo regime prescricional trazido pela Lei 14.230/2021**. Nesse sentido:

14. Os prazos prescricionais previstos em lei garantem a segurança jurídica, a estabilidade e a previsibilidade do ordenamento jurídico; fixando termos exatos para que o Poder Público possa aplicar as sanções derivadas de condenação por ato de improbidade administrativa.

15. A prescrição é o perecimento da pretensão punitiva ou da pretensão executória pela INÉRCIA do próprio Estado. A prescrição prende-se à noção de perda do direito de punir do Estado por sua negligência, ineficiência ou incompetência em determinado lapso de tempo.

16. Sem INÉRCIA não há PRESCRIÇÃO. Sem INÉRCIA não há sancionamento ao titular da pretensão. Sem INÉRCIA não há possibilidade de se afastar a proteção à probidade e ao patrimônio público.

17. **Na aplicação do novo regime prescricional – novos prazos e prescrição intercorrente – , há necessidade de observância dos princípios da segurança jurídica, do acesso à Justiça e da proteção da confiança, com a IRRETROATIVIDADE da Lei 14.230/2021, garantindo-se a plena eficácia dos atos praticados validamente antes da alteração legislativa.** (grifei)

54. Com relação aos processos que tramitam perante esta Corte de Contas, o disposto no artigo 93 da Lei Complementar nº 752/2022, em



vigor desde 01/08/2023, estabelece que a norma processual não retroagirá e será aplicável imediatamente aos processos em curso, **respeitado os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.**

55. Dessa maneira, conclui-se que os prazos prescricionais do Código de Processo de Controle Externo (LC nº 752/2022) **não podem retroagir para alcançar atos processuais já consumados antes da sua vigência.**

56. Portanto, foi somente a partir do dia 01/08/2023 que se passou a incidir a prescrição intercorrente de 03 (três) anos dentro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

57. Assim, em que pese a norma que instituiu a prescrição intercorrente neste Tribunal ter estabelecido sua imediata aplicação aos processos em curso, o diploma legal expressamente prevê a necessidade de **respeitar os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.**

58. Para tentar demonstrar a ocorrência de prescrição intercorrente, a defesa utilizou como marco temporal atos praticados em momento bem anterior a entrada em vigor da norma.

59. Com efeito, o recorrente cita como marco temporal inicial para o cálculo da prescrição intercorrente a decisão proferida pelo Relator em 14/10/2021, indeferindo o pedido de diligências do ministério público de contas.



60. Ocorre que foi somente a partir do dia 01/08/2023 que se passou a incidir a prescrição intercorrente de 03 (três) anos dentro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, devendo-se por expressa disposição da norma **respeitar os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.**

61. Assim, não se pode utilizar atos processuais praticados sob a égide de outra norma para fundamentar a ocorrência de prescrição intercorrente no presente caso, sob pena de configurar retroatividade indevida da nova lei, subvertendo sua real finalidade.

62. Nesse contexto, **não há falar em prescrição intercorrente de 03 anos no presente caso.**

63. Por outro lado, **quanto a alegação de ilegitimidade passiva, assiste razão ao recorrente**, tendo em vista que os presentes autos tratam das Contas Anuais de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá referentes ao exercício de 2019, enquanto todos os fatos imputados ao recorrente se referem ao exercício de 2018.

64. Com efeito, o recorrente não exerceu função no Centro de Distribuição de Medicamentos e Insumos de Cuiabá no exercício de 2019, sendo que as Notas Fiscais nº 5047, nº 7500 e nº 5000 (que originaram sua responsabilização) são todas do ano de 2018.

65. Outrossim, o Acórdão nº 913/2024-PV, ora recorrido, **excluiu a responsabilidade** atribuída à Senhora Luciana Franco Marcelo Carvalho quanto aos achados 4 (EB05) e 5 (HB15), pois o “período que ela esteve ligada ao órgão é anterior ao exercício em análise”.



66. Resta evidente que não há razão para a diferença de tratamento, pois ambos os responsabilizados se encontram na mesma situação.

67. Nesse contexto, deve-se acolher a tese de ilegitimidade passiva a fim de afastar a responsabilidade do recorrente.

68. Assim, o Ministério Público de Contas entende ser imperioso **dar provimento ao Recurso** a fim de alterar o Acórdão nº 913/2024-PV para afastar a sanção de multa imposta ao Sr. Renaultt Fernando Tedesco de Carvalho.

2.2.2 Do Recurso Ordinário do Sr. Denys José Corrêa e Silva

69. Em sede de **preliminar**, o recorrente alega **nulidade absoluta de sua citação**, tendo em vista que a citação foi expedida em 17/12/2020, por meio do ofício 507/2020/GC/VA, e encaminhada para o setor em que trabalhava, contudo o recorrente foi exonerado em 28/02/2020, conforme publicação no diário oficial de contas em 02/03/2020, edição nº 1853 (pág. 209).

70. Em 10/02/2021, foi certificado o decurso do prazo sem manifestação.

71. Outrossim, assevera que sem esgotar os meios administrativos para a localização do recorrente, foi emitido o Edital de Notificação nº 193/VAS/2021 em 11/05/2021. Em seguida, foi publicado o Edital de Notificação nº 334/VAS/2021 em 25/08/2021, e desta vez, não



consta o nome do recorrente na publicação.

72. Acrescentou que o processo prosseguiu sem que o recorrente tivesse ciência de sua existência e em prejuízo ao contraditório e ampla defesa, já que ficou impedido de apresentar defesa.

73. Afirmou que existiu grave prejuízo para a sua defesa, pois o processo teve regular processamento sem a sua participação, e ao final sofreu a penalidade de multa.

74. Ainda em sede de **preliminar**, aduziu a ocorrência da **prescrição intercorrente**, tendo em vista o transcurso de prazo superior a 03 (três) anos entre a decisão proferida em 14/10/2021, indeferindo o pedido de diligências do Ministério Público de contas, e o Acórdão nº 913/2024-PV, publicado em 19/12/2024.

75. Asseverou que nesse intervalo foram proferidos despachos de encaminhamento e decisões que não tem o condão de interromper a prescrição, pois não importam na instrução do feito, como por exemplo, despachos e decisões declarando suspeição e de mero encaminhamento.

76. Outra questão alegada pelo recorrente em **preliminar**, refere-se a sua **ilegitimidade passiva**, tendo em vista ter sido responsável pelo ateste da Nota Fiscal nº 988, emitida no ano de 2018 e recebida em 19/06/2018, todavia, o presente processo trata das contas anuais de gestão referentes ao exercício de 2019.

77. Ademais, foi exatamente sob esse fundamento que foi afastada a responsabilidade da Sra. Luciana Franco Marcelo Carvalho,



conforme consta no voto condutor do Acórdão nº 913/2024- PV.

78. Quanto ao **mérito**, afirmou que não foi informado sobre as funções e responsabilidade de um fiscal de contrato, nunca teve designação formal, também não teve acesso ao contrato com as especificações, prazos, cláusulas contratuais, e termo de referência, e nem recebeu orientações sobre o processo de fiscalização

79. Acrescentou que houve a designação formal dos servidores Sra. Flaviane Klimacheski da Fonseca (fiscal de contrato) e Sr. Marcus Vinicius da Silva (suplente de fiscal de contrato), contudo não realizaram o acompanhamento e a fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços nº 40/2018; nº 55/2018 e nº 68/2018, de maneira que deveriam ser os verdadeiros responsáveis pelas irregularidades.

80. Postulou, ainda, pela aplicação do princípio da insignificância, já que consta que o recorrente foi responsável por atestar uma única nota fiscal, mas sofreu aplicação da multa de 06 UPFs/MT, assim como os demais que atestaram várias notas fiscais.

81. Analisando as alegações da defesa, **a Serur entendeu ter ocorrido nulidade de citação**, haja vista o recorrente ter sido exonerado em 28/02/2020, conforme publicação no Diário Oficial de Contas de 02/03/2020 de maneira que o ofício citatório encaminhado não chegou ao seu conhecimento.

82. Ademais, não houve o esgotamento dos meios administrativos para sua localização, ou seja, não houve a citação pessoal em seu endereço cadastrado nos sistemas desta Corte de Contas, sendo



feita a citação por Edital de Notificação nº 193/VAS/2021, de 11/05/2021.

83. Com relação a **preliminar de ocorrência da prescrição intercorrente**, a Serur opinou pela sua não ocorrência, pelos mesmos fundamentos apresentados na análise do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho.

84. De outro modo, em relação a **preliminar de ilegitimidade passiva**, a Serur opinou pela sua procedência, pois a irregularidade apontada diz respeito a Nota Fiscal nº 988, recebida em 19/06/2018, enquanto o presente processo trata das Contas Anuais de Gestão do exercício de 2019, devendo-se aplicar os mesmos fundamentos descritos na análise do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Sr. Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho.

85. Outrossim, consignou que em razão de a questão trazida em seara de preliminar ser matéria prejudicial ao mérito Recursal e ter sido reconhecida como procedente, a análise do mérito fica prejudicada.

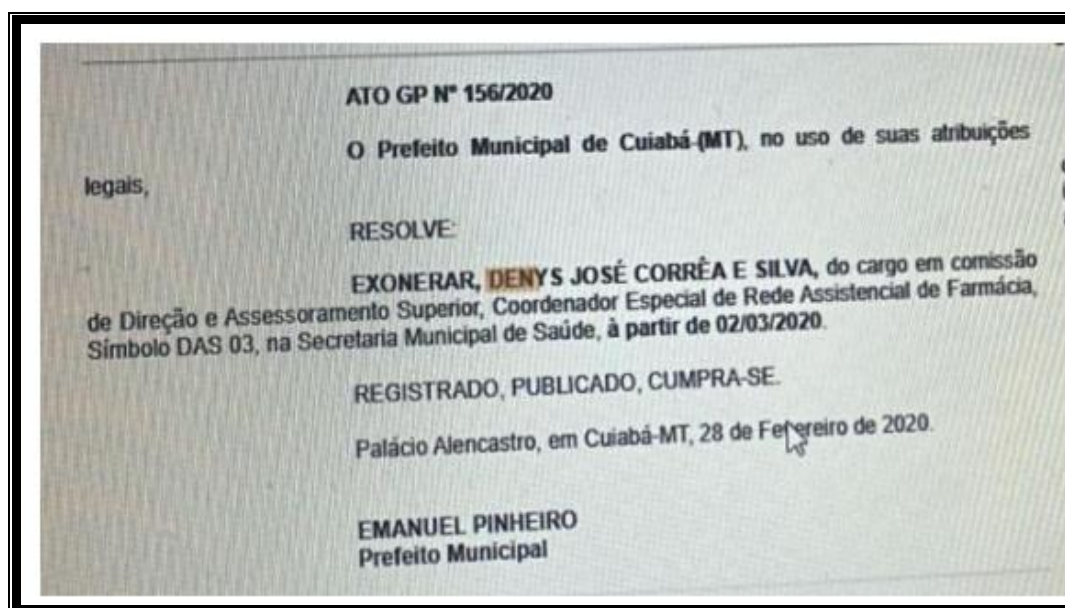
86. Nesse sentido, a Serur opinou pelo provimento do recurso interposto pelo Sr. Denis José Corrêa e Silva, entendendo que deve ser afastada sua responsabilidade.

87. Passa-se à análise ministerial.

88. Em relação a alegação **preliminar de ocorrência de nulidade da citação**, este *Parquet* de Contas entende que **há razão ao recorrente**.



89. Consoante devidamente comprovado, no dia 28/02/2020 o recorrente foi exonerado do cargo na Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, por meio do Ato GP nº 156/2020, publicado no diário oficial de contas em 02/03/2020, edição nº. 1853 (pág.209). Vejamos:



90. Ocorre que o ofício citatório nº 507/2020/GC/VA¹⁰, de 17/12/2020 foi enviado para a Secretaria Municipal de Cuiabá e para a Prefeitura Municipal de Cuiabá. Vejamos:

¹⁰ Documento digital nº 281144/2020.



Nº Protocolo:	81787 P	Ano	2020
Nº Documento:	507/2020		
Procedência:	1119320	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Principal:	1143551	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CUIABA	
Assunto:	CONTAS ANUAIS DE GESTAO MUNICIPAL		
Palavra Chave:	FUNDOS MUNICIPAIS		
Descrição:	CONTAS ANUAIS DE GESTAO MUNICIPAL 2019		

TERMO DE ENVIO

A Resolução Normativa nº 16/2012-TP, trata da comunicação do TCE-MT com seus fiscalizados.

As comunicações oficiais remetidas pelo TCE-MT aos seus fiscalizados, se não lidas até o prazo de 5 (cinco) dias corridos, serão consideradas recebidas, conforme artigo 9º da referida Resolução.

Se o usuário não acessar o PUG para visualizar o documento, este será considerado como recebido em 22/12/2020 15:47:04.

Este documento foi enviado para o(s) seguinte(s) fiscalizado(s):

- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CUIABA
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA

91. Tendo em vista que o recorrente já estava exonerado do cargo, é coerente supor que não tomou conhecimento da citação realizada por ofício.

92. Ademais, constata-se nos autos que não houve o esgotamento dos meios administrativos para a localização do recorrente, ou seja, não houve a citação pessoal em seu endereço cadastrado nos sistemas desta Corte de Contas, sendo feita a sua citação pelo Edital de Notificação nº 193/VAS/2021¹¹, de 11/05/2021.

93. A citação por Edital, conforme previa o artigo 259 da Resolução Normativa nº 14/2007 (Regimento Interno vigente à época), ocorreria somente “se revelar infrutífera a citação por ofício ou por meio eletrônico, por estar a parte em lugar ignorado, incerto ou inacessível”.

¹¹ Documento digital nº 111546/2021.



94. Constatase dos autos que não houve a tentativa de citação via postal, como previa os artigos 257 e 258 do referido Regimento Interno, bem como não foi formalizada a decretação de sua revelia por meio de decisão singular, como dispunha o artigo 105 do Regimento Interno vigente à época, que deveria ser publicada no Diário Oficial de Contas.

95. Tais fatos demonstram a **nulidade da citação do recorrente**, devendo ser provido o recurso.

96. Quanto a alegação **preliminar de ilegitimidade passiva também assiste razão a defesa**, tendo em vista que a irregularidade apontada ao recorrente diz respeito a Nota Fiscal nº 988, recebida em 19/06/2018, ocorre que o presente processo trata das Contas Anuais de Gestão do exercício de 2019, prevalecendo o mesmo entendimento delineado na análise do recurso do Sr. Renaultt Fernando Tedesco de Carvalho.

97. Em relação a suposta ocorrência de prescrição intercorrente, a defesa alegou os mesmos argumentos já rechaçados na análise do recurso interposto pelo Sr. Renaultt Fernando Tedesco de Carvalho, sendo desnecessária a repetição dos fundamentos apresentados acima.

98. Assim, pelas mesmas razões já destrinchados neste parecer, reitera-se que **não houve prescrição intercorrente** no presente feito.

99. Nesse contexto, este *Parquet* de Contas opina pelo **provimento do Recurso Ordinário** do Sr. Denys José Correa e Silva a fim de afastar a multa de 6 UPFs/MT que lhe foi aplicada no Acórdão nº 913/2024-PV.



3. CONCLUSÃO

100. Por todo o exposto, considerando as informações que constam nos autos, o Ministério Público de Contas, no exercício de suas funções institucionais, manifesta-se:

a) pelo **conhecimento** dos Recursos Ordinários, em razão do preenchimento dos seus pressupostos de admissibilidade recursais, nos termos do art. 351 da RN 16/2021, RITCE/MT;

b) pelo **provimento do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Renaudt Fernando Tedesco de Carvalho**, diante do acolhimento da **preliminar de ilegitimidade passiva**, tendo como consequência a necessidade de reforma do Acórdão nº 913/2024-TP para afastar a multa de 06 UPFs/MT imposta ao recorrente.

c) pelo **provimento do Recurso Ordinário interposto pelo Sr. Denys José Correa e Silva**, diante do acolhimento das **preliminares de nulidade de citação e ilegitimidade passiva**, tendo como consequência a necessidade de reforma do Acórdão nº 913/2024-TP a fim de afastar a multa de 06 UPFs/MT imposta ao recorrente.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 21 de maio de 2025.

ALISSON CARVALHO DE ALENCAR
Procurador-geral de Contas